É desejo do povo moçambicano ver o Acordo de Roma cumprido

— Presidente Chissano, quando discursava ontem na 5ª Sessão da Assembleia da República

O Presidente Joaquim Chissano disse ontem que é desejo de todo o povo moçambicano e de todas as pessoas amantes da paz, ver o Acordo de Roma cumprido na letra e no espírito. «O Governo continuará a envidar esforços para que esse desejo seja respeitado» — sublinhou. O Chefe de Estado moçambicano proferiu aquelas palavras discursando durante os trabalhos da 5ª Sessão da Assembleia da República, que decorrem em Maputo, desde a passada sexta-feira. Pela sua importância, passamos a transcrever na íntegra o referido discurso:

Senhor Presidente da Assembleia da República;
Senhores Deputados;
Senhores Convidados;
Minhas Senhoras;
Meus Senhores,

Mais uma vez, na qualidade de Chefe de Estado, encontro-me aqui com o objectivo específico de prestar uma informação anual à Assembleia da República sobre o estado da Nação.

Na Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia da República, realizada entre finais de Setembro e princípios de Outubro, informámos detalhadamente este órgão e, através dos senhores deputados, todo o povo moçambicano, dos passos percorridos até à assinatura do Acordo Geral de Paz.

Desde então promulguei e mandei publicar a Lei que aprova o Acordo Geral de Paz, o qual entrou em vigor no dia 15 de Outubro de 1992.

Assim, iniciámos formalmente o processo de aplicação do Acordo.

Conforme tivemos a oportunidade de informar a esta magna Assembleia, solicitamos a Organização das Nações Unidas para participar na aplicação, supervisão e controlo do Acordo.

As Nações Unidas responderam positivamente, tendo já enviado, no dia 15 de Outubro, uma presença simbólica de vinte e cinco homens. O Secretário-Geral das Nações Unidas nomeou o senhor Aldo Ajello como seu Representante Especial Interino. Com a chegada deste foi possível a criação das comissões preconizadas no Acordo.

Como os senhores deputados se devem recordar, as comissões previstas no Acordo Geral de Paz são, de entre outras, as seguintes:

— Comissão de Supervisão e Controlo;
— Comissão do Cessar-Fogo;
— Comissão de Formação das Forças Armadas de Moçambique;
— Comissão de Reintegração.

A Comissão de Supervisão e Controlo foi já constituída e dela fazem parte os seguintes membros: o Governo, Renamo, ONU, Itália, França, Reino Unido, Estados Unidos da América, Portugal e R.F.A. Devo fazer lembrar que a OUA também foi convidada a fazer parte desta comissão. O Secretário-Geral da OUA está envidando esforços para nomear o seu representante e enviar uma força simbólica.

O nosso Governo nomeou o senhor Armando Emílio Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, para chefiar a delegação governamental a esta comissão.

A Comissão do Cessar-Fogo é composta pelo Governo, Renamo, ONU, OUA, Itália, Portugal, França, Reino Unido, Egipto, Nigéria e Botswana.

Depois de a Renamo ter inicialmente rejeitado a participação do Zimbabwe na Comissão do Cessar-Fogo, apraz-nos informar que o líder da Renamo reconsiderou a sua posição aceitando, finalmente, a integração daquele país vizinho. Com esta decisão, o Zimbabwe e o Quénia, que anteriormente tinham sido propostos pelo Governo, passam a integrar esta Comissão.

A nossa delegação a esta Comissão é chefiada pelo Brigadeiro Aleixo Malunga.

A Comissão de Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique integra, para além do Governo e da Renamo, a ONU, Reino Unido, França e Portugal.

O Chefe da delegação do Governo a esta Comissão é o Tenente-General Tobias Dai.

Finalmente, a Comissão de Reintegração, que tem a missão de implementar a reintegração económica e social dos militares desmobilizados, integra, para além do Governo e da Renamo, a ONU, CEE, Itália, França, Reino Unido, Suécia, África do Sul, Dinamarca, Holanda, Noruega, Espanha e República Federal da Alemanha.

A delegação do Governo será chefiada pelo Dr. Eneas da Conceição Comiche, Ministro das Finanças.

A Comissão de Supervisão e Controlo e a Comissão do Cessar-Fogo já iniciaram os seus trabalhos. Esta última, para além de outras actividades, procedeu à investigação das notificações feitas, tanto pelo Governo como pela Renamo, sobre violações do Acordo Geral de Paz, particularmente no tocante a Angoche, Maganja da Costa, Mocuba, Lugela e Yepalapala.

O Representante Especial Interino do Secretário-Geral das Nações Unidas e Chefe da Comissão de Supervisão e Controlo, senhor Aldo Ajello, havia se deslocado a Nova Iorque para se informar da situação no terreno e apoiar o Secretário-Geral das Nações Unidas na elaboração do relatório a ser submetido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Secretário-Geral já submeteu esse relatório, o qual está para ser discutido a todo o momento.

No processo de aplicação do Acordo uma acção importante ainda por realizar é a concentração e acomodação das forças governamentais e da Renamo em quarenta e nove pontos pré-determinados. A Comissão responsável por esta matéria está a estudar a melhor maneira de o fazer, tendo em conta que as tropas das Nações Unidas demorarão algum tempo a chegar.

Depois das violações, que foram discutidas na Comissão do Cessar-Fogo e na Comissão de Supervisão e Controlo, constatámos com satisfação que em todo o país reina a acalmia. Os combates no terreno terminaram.

No encontro que tive recentemente com o líder da Renamo, este comprometeu-se, em coformidade com o Acordo Geral de Paz, a não permitir que as forças da Renamo pratiquem acções de violência ou ataques.

As forças governamentais têm instruções no sentido de evitar quaisquer acções ofensivas e trabalhar para a consolidação da paz no âmbito do Acordo Geral de Paz.

Este compromisso recíproco, que é um engajamento no cumprimento do Acordo Geral de Paz, significa que a paz será salvaguardada e consolidada.

Em muitas zonas do país já se circula livremente. Lamentamos que essa circulação não seja ainda extensiva a todas as regiões do país devido às minas aí colocadas, bem como algumas zonas que a Renamo considera sob seu controlo. Acções de desminagem vão ser levadas a cabo para permitir a liberdade de circulação e para permitir que a assistência humanitária possa chegar às populações necessitadas em todo o território nacional.

Estamos certos de que todos aqueles que directa ou indirectamente participam na dura batalha de aplicação do Acordo Geral de Paz cumprirão com o seu dever.

É desejo de todo o povo moçambicano e de todas as pessoas amantes da paz ver o Acordo cumprido na letra e no espírito.

O Governo continuará a envidar esforços para que esse desejo seja respeitado.

Senhor Presidente da Assembleia da República;
Distintos Deputados;
Minhas Senhoras;
Meus Senhores,

No espaço de tempo que separa a quinta da Quarta Sessão da Assembleia da República, a busca da paz para Moçambique, assim como a seca que afecta gravemente a nossa região continuaram a ser preocupação primeira do nosso Governo, assim como de todos os moçambicanos. A comunidade internacional, por seu turno, também se engajou com afinco neste processo, dando a sua contribuição na medida do possível.

É assim que, neste lapso de tempo recebemos visitas de importantes individualidades interessadas em ajudar o nosso povo a alcançar a paz.

Recebemos em diferentes ocasiões, as visitas do Subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, assim como do seu adjunto, que connosco discutiram formas de se acelerar e levar a bom termo as conversações que decorriam entre o Governo e a Renamo. Recebemos também daquele país o Secretário Assistente da Defesa Internacional, no quadro dos contactos regulares que estabelecemos nesta área.

Das Nações Unidas, recebemos a visita do adjunto do Secretário-Geral Adjunto para as Questões Humanitárias, com quem debatemos assuntos relativos ao apoio a ser concedido por aquela organização internacional ao nosso país, principalmente no período pós-guerra.

Recebemos também a visita da Secretária de Estado da Cooperação no Ministério britânico dos Negócios Estrangeiros, assim como da Directora Executiva do Programa Mundial da Alimentação.

Tivemos também a oportunidade de conferenciar com individualidades da Comunidade Económica Europeia, à margem da Conferência Anual da SADCC realizada em Maputo.

A cooperação bilateral e multilateral com vários países continuou também a desenvolver-se neste período. Foi neste quadro que recebemos no nosso país visitas do Presidente Miguel Trovoada, de São Tomé e Príncipe, de Rei Mswati III, da Suazilândia, do Presidente António Mascarenhas Monteiro, de Cabo Verde, do Presidente Quett Masire, do Botswana e do enviado da Assembleia da República de Angola, que nos veio entregar as condecorações com que fomos agraciados por aquele órgão.

Aquando da inauguração da Terminal de Contentores do Porto da Beira, tivemos o ensejo de receber, para além dos Presidentes Quett Masire e Mascarenhas Monteiro, os Chefes de Estado do Zimbabwe, Robert Mugabe e da Zâmbia, Frederick Chiluba, bem como um representante do Presidente Hastings Kamuzu Banda, do Malawi.

Gostaria de fazer lembrar os senhores deputados que na mesma ocasião em que inaugurámos a Terminal de Contentores da Beira, também inaugurámos a Delegação da TVE na Beira. Foi um acontecimento de grande importância para as populações daquela urbe.

Mais recentemente, recebemos a visita do Presidente do ANC, da África do Sul, Nelson Mandela, com quem trocámos informações sobre a situação tanto no seu país como em Moçambique.

Do nosso lado, efectuámos também algumas deslocações ao exterior, para tomar parte em diferentes eventos.

É assim que tomámos parte, em Harare, nas cerimónias fúnebres da senhora Sally Mugabe, esposa do Presidente Robert Mugabe, falecida, vítima de doença.

Em São Tomé e Príncipe, participámos na Cimeira dos Cinco Países de Língua Oficial Portuguesa, que reafirmou a necessidade de a cooperação entre estes países ser mais efectiva. De regresso a Maputo, numa escala técnica em Luanda, tivemos a oportunidade de trocar algumas opiniões com o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

Em Harare, participámos em duas cimeiras da Linha da Frente, a primeira das quais defendeu o alargamento do diálogo entre as várias forças que intervêm no processo de democratização da África do Sul e a segunda nos lamentáveis acontecimentos que estão a perigar a paz em Angola.

Em Arusha, na Tanzania, participámos na reunião do Comite «Ad Hoc» da OUA, que adoptou uma posição comum a ser seguida pela organização durante o período de transição para a democracia não racial na África do Sul e decidiu enviar uma missão a este país para verificar a situação «in loco».

De visita a Portugal, tivemos a oportunidade de manter conversações com o Presidente Mário Soares e o Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva, para além de outras individualidades da vida política e económica daquele país.

No Rio de Janeiro, Brasil, participámos na histórica cimeira sobre o Meio Ambiente.

Em Dacar, no Senegal, participámos na 28ª Cimeira da Organização de Unidade Africana, após o que efectuámos uma visita de trabalho aos Estados Unidos da América e à França.

Nos Estados Unidos da América, para além de contactos com as autoridades norte-americanas, tivemos a oportunidade de dialogar com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, sobre problemas que preocupam o nosso país, a região, o continente e o mundo em geral.

Em Windhoek, na Namíbia, tomámos parte na cimeira que formalizou a criação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, SADC.

No Botswana, participámos, como convidados de honra, nos festejos do trigésimo aniversário da fundação do Partido Democrático do Botswana.

O Presidente Joaquim Chissano quando discursava ontem durante os trabalhos da 5ª sessão da Assembleia da República

A nível interno, participámos também em diversas realizações de âmbito político, social e económico.

Assim, tivemos a ocasião de participar, como convidados, na Terceira Assembleia Plenária dos Bispos da África Austral, que se realizou em Maputo. Participámos ainda na cerimónia do Ideul-Fitre (fim do jejum do Ramadão) onde uma vez mais ouvimos da comunidade maometana a sua determinação de se empenhar em acções sociais a favor das populações.

Logo após a assinatura do Acordo Geral de Paz, tivemos o ensejo de participar, na Sé Catedral de Maputo, numa missa pela paz.

Mais recentemente, tomámos parte no Encontro Regional da Igreja 12 Apóstolos, que reuniu em Maputo crentes desta congregação oriundos de alguns países da África Austral.

Em comícios populares, por ocasião da inauguração da Terminal de Contentores do Porto da Beira, do 1º de Maio, do 30º aniversário da FRELIMO e do 17º da Independência, da assinatura do Acordo Geral de Paz e da inauguração do novo sistema de abastecimento de água à cidade de Pemba, o fim da guerra continuou a ser a tónica principal do nosso diálogo com as populações em todo o país.

Tivemos encontros com membros da Direcção da Organização dos Trabalhadores de Moçambique e participámos na cerimónia de graduação dos primeiros 110 licenciados do Instituto Superior Pedagógico.

Em Boane, participámos na formalização do arranque do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, que beneficiará mais de duas mil famílias das aldeias de Massaca 1 e Massaca 2 e ainda Mafuiane.

Estivemos presentes na inauguração das Jornadas de Engenharia e Ciências de Moçambique, assim como nas celebrações do 30º aniversário da fundação da Universidade Eduardo Mondlane e, ainda, na cerimónia de graduação de 122 universitários em 18 especialidades e áreas profissionais.

Visitámos, uma vez mais, a Feira Internacional de Maputo. Recebemos as chamadas «Velhas Glórias» do futebol português. Dialogámos com a comunidade muçulmana, que nos fez chegar a sua mensagem de preocupação pelo alcance da paz.

Participámos ainda na cerimónia de abertura da Conferência Constitutiva da Associação dos Deficientes Militares Moçambicanos, a ADEMIMO, instituição que visa apoiar, de uma forma geral, todos aqueles que sofreram mutilações físicas devido à sua participação directa na guerra ora terminada, não importando de que lado estivessem.

Participámos na cerimónia da inauguração da Igreja Sião União Apostólica Cristã de Moçambique, em Maputo, construída com base nas contribuições dos seus membros e, há dias, participámos igualmente na cerimónia de inauguração de uma mesquita muçulmana em Inharrime, província de Inhambane, também construída com base nas contribuições dos muçulmanos do Conselho Islâmico de Moçambique.

Estas são apenas algumas das realizações em que participámos entre a quarta e a quinta sessões desta Assembleia. Não seria possível enumerá-las todas, pelo que nos limitámos a apontar algumas das mais destacáveis.

Senhor Presidente da Assembleia da República;
Senhores deputados,

Os efeitos da pior seca dos últimos cinquenta anos, conjugados com os da guerra que dilacerou o país durante dezassete anos, assim como os efeitos da conjuntura financeira internacional, fizeram-se sentir, negativamente, no crescimento económico do país durante o presente ano.

Em face disso, não será possível atingirmos a taxa de crescimento prevista, o que se reflecte no nível de vida das populações, com a tendência crescente dos preços dos produtos e serviços no mercado nacional.

Porém, são de apontar alguns índices sectoriais positivos, com destaque para a campanha de comercialização de castanha de caju, que conheceu, este ano, exportações significativas por entidades privadas.

Há dias tivemos o ensejo de proceder à inauguração do maior sistema de abastecimento de água construído após a independência nacional e que vem resolver um velho problema das populações da cidade de Pemba, província de Cabo Delgado. Esta é uma obra que nos é particularmente grata pelo impacto social e mesmo económico que terá na vida da cidade de Pemba e seus arredores.

Sentimo-nos encorajados na avaliação do nosso futuro com o cessar das hostilidades, pois, mesmo antes de a guerra terminar, tivemos sucessos naquilo que, para a comunidade internacional, era um teste de capacidade à República de Moçambique, ao transportarmos com eficiência mais de um milhão de toneladas de produtos de emergência através dos corredores da Beira e do Limpopo.

Em situação de paz devemos redobrar os nossos esforços para respondermos ao aumento do tráfego de carga e de passageiros que virá de e para os países vizinhos.

O Programa de Reabilitação Económica e Social continuará a ser a pedra basilar da reconstrução do país, em conjugação com os programas de emergência e de reconstrução nacional. A desmobilização dos soldados, o regresso dos refugiados e deslocados às suas terras de origem para participarem na produção, é um elemento-chave para o desenvolvimento futuro de Moçambique.

Neste quadro, devemos recuperar de imediato as infra-estruturas básicas tais como estradas, pontes e outras vias de comunicação, centros comerciais rurais, postos e centros de saúde primária, escolas e lares, o que criará melhores condições de reafixação das populações.

É com alegria que na minha recente visita a Inhambane vi que estes trabalhos já começaram com base em iniciativas locais. Tenho informações que noutras províncias estão em curso iniciativas idênticas.

Vamos passar da reabilitação de curto prazo para a efectiva reconstrução nacional.

É particularmente importante que continuemos a desenvolver esforços para a redução da pobreza, alocando fundos orçamentais para os sectores sociais, restaurar a produção do sector familiar e incrementar os sistemas de segurança alimentar, com o fim de combater os efeitos nefastos da seca.

Saudamos a comunidade internacional que, no quadro da reunião do Grupo Consultivo, em Paris, apreciou o nosso programa económico e social para o próximo ano e aprovou um montante de setecentos e sessenta milhões de dólares americanos em créditos e donativos que esperamos deverão cobrir as necessidades do país nesse período.

Espero que S. Exa. o senhor Primeiro-Ministro dará mais informações sobre esta conferência e os sucessos aí alcançados.

Neste momento decorre em Roma a Conferência de Doadores prevista no Acordo Geral de Paz e que se destina a analisar o plano de reconstrução nacional que integra os programas de desmobilização das forças armadas e sua reintegração na vida civil, o programa das eleições parlamentares e presidenciais, e a reafixação das populações deslocadas e refugiadas. O valor estimado pelo nosso Governo para este plano é de quinhentos milhões de dólares americanos.

Apelamos para a continuidade do tradicional engajamento humanitário da comunidade internacional, para salvar vidas e construir e consolidar a paz em Moçambique.

Senhor Presidente da Assembleia da República;
Senhores deputados,

Na área social, os efeitos da guerra e da seca também se fizeram sentir com grande acuidade, dificultando ou mesmo impossibilitando a materialização de muitos projectos preconizados pelo Governo.

Sem pretendermos esgotá-los, vamos analisar alguns sectores desta área.

A Educação constitui e constituiu sempre, para o nosso Governo um dos sectores prioritários, garante da formação dos quadros necessários à materialização de todos os programas de desenvolvimento que sejam concebidos por qualquer uma das restantes áreas de actividade da vida nacional.

Este sector também não foi poupado pelos efeitos nefastos da guerra.

Daí que durante o presente ano tenha sido aquele em que a preocupação central do Governo foi a de dar continuidade às acções inseridas no esforço pela melhoria da qualidade do ensino, expansão da rede educacional e aperfeiçoamento do processo de Administração, Gestão Escolar e dos Recursos Humanos.

O fim da guerra vai fazer com que a já de si fraca capacidade de oferta educacional do nosso país se torne ainda mais grave, uma vez que milhares de crianças regressarão às suas zonas de origem, onde as escolas foram destruídas e não existem professores nem materiais didácticos.

Será, pois, de capital importância a participação organizada da comunidade no esforço da Educação. Neste âmbito, e particularmente nas zonas urbanas, são de louvar as várias iniciativas do sector privado que vem actuando à luz da Lei que aprova o exercício do Ensino Particular.

É importante o estabelecimento de uma articulação e conjugação de esforços entre as estruturas do Governo e as confissões religiosas e organizações não-governamentais comprometidas com o desenvolvimento desejável, com a realização de investimentos sérios em termos de construção de novos espaços educativos que correspondam à criação de novas capacidades de acolhimento de alunos.

No domínio da Saúde várias unidades sanitárias rurais foram saqueadas, destruídas e obrigadas a encerrar e o seu aprovisionamento se tornou muito difícil, e por vezes apenas possível por via aérea. Consequentemente a situação sanitária do país piorou significativamente.

As atenções neste sector centraram-se em acções de reabilitação das infra-estruturas danificadas e destruídas e ao melhoramento da qualificação profissional dos trabalhadores existentes.

Para que pudéssemos realizar o pouco que lográmos alcançar no sector da Saúde assumiu importância de relevo a participação da comunidade internacional, a quem agradecemos. Na verdade, o peso da ajuda da comunidade internacional ao sector da Saúde continua sendo de extrema importância.

Por isso, a reabilitação e a recuperação das unidades sanitárias destruídas e danificadas, assim como a sua reabertura, constituem a prioridade principal, que deve ser acompanhada pelo reinício das actividades sanitárias mediante a colocação de pessoal, material médico-cirúrgico, equipamento hospitalar e medicamentos indispensáveis para o bom funcionamento das unidades sanitárias.

Os dezassete anos de guerra em que o nosso país esteve mergulhado e os efeitos negativos da pior seca dos últimos cinquenta anos criaram na sociedade moçambicana um grupo populacional altamente vulnerável.

Com efeito, a criança moçambicana é o grupo mais vulnerável da sociedade; é ela quem sofre mais directamente as consequências dessa calamidade natural, ofensas corporais e traumas psicológicos difíceis ou impossíveis de curar.

Moçambique é um país com altas taxas de mortalidade infantil. Esforços deverão ser desenvolvidos, em particular no seio da mulher afectada pela guerra e pela seca.

No processo de reinserção e reabilitação do tecido social, destruído pela guerra, devemos dar maior protecção à criança abandonada, à criança da rua, à criança que foi forçada a matar ou viu matar seus parentes. Programas especiais deverão ser desenhados e realizados pela comunidade para salvar esta geração.

A criança é o garante do futuro do nosso país. A ela devemos dedicar a maior atenção com vista ao seu desenvolvimento psicossomático harmonioso.

Outro grupo populacional que tem preocupado sobremaneira o nosso Governo são os combatentes da Luta de Libertação Nacional, os desmobilizados das Forças Armadas de Moçambique (FPLM) e os deficientes de guerra. A eles se virão juntar os desmobilizados e mutilados da Renamo.

Em algumas províncias do nosso país houve motins de carácter reivindicativo de salários e pensões em atraso, de pagamento ou da sua exiguidade, face ao actual alto custo de vida.

A estes nossos compatriotas queremos dizer que é com particular orgulho e carinho que os olhamos, pois foram os promotores e continuadores da gloriosa luta pela libertação do país e pela consolidação da independência nacional.

A situação em que hoje vivem não resulta de um esquecimento ou desprezo por parte das autoridades competentes. Resulta, sim, da extrema pobreza em que o nosso país vive, o que faz com que o pouco de que dispomos em termos de Orçamento Geral do Estado, tenhamos que dividir por um grupo com necessidades e particularidades específicas.

O melhor teria sido um reenquadramento na vida económica e social de cada combatente. Esse processo havia já sido iniciado. Infelizmente, a guerra impossibilitou a sua continuidade.

Nas condições de paz devemos estudar as formas e meios de solução deste problema, assim como de reinserção e capacitação profissional do deficiente de guerra nas tarefas de reabilitação e desenvolvimento do país.

Em breve outro grupo se juntará a este, como referimos. Estamos a falar dos combatentes da Renamo, que serão desmobilizados ao abrigo do Acordo Geral de Paz. Para estes, o Governo e a comunidade internacional, liderada pelo Governo italiano, vão disponibilizar um orçamento que deverá cobrir os custos da sua desmobilização.

Isto é, cada soldado das Forças Armadas de Moçambique, como o combatente da Renamo, deverá receber um determinado montante que lhe possibilitará a sua sobrevivência até ao regresso à sua zona de origem e reinserção na vida económica e social, como qualquer outro cidadão.

Não devemos ver nestes processos diferenças. Se elas existem é porque há diferenças no tempo em que os dois eventos surgem e são vividos. Este é um momento em que nos devemos reconciliar e construir a paz na unidade nacional.

A sociedade moçambicana enferma de um grau de desemprego grave, resultante, por um lado, da guerra que impedia o curso normal da economia e destruiu grandes e importantes unidades económicas existentes no campo e, por outro lado, da grande seca que devasta a região austral de África.

Considerando a gravidade da situação de desemprego, conjugada com a fraca qualificação da nossa mão-de-obra criámos o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, a quem cabe estudar e propor acções e políticas visando a resolução daqueles problemas.

O Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional deverá expandir-se e implantar-se em todo o país, por forma a permitir maior eficácia e flexibilidade na prossecução dos objectivos fundamentais, no quadro da implementação de medidas de políticas de emprego e de formação profissional, que se identifiquem com as necessidades e perspectivas de desenvolvimento a curto, médio e longo prazos.

Exortamos todas as entidades ligadas à problemática do emprego, tais como sindicatos, instituições de previdência social e outros, no sentido de nortearem as suas acções não só para a defesa dos trabalhadores, mas também na sua educação e incentivação para o aumento da produção e produtividade de que o país é carente para sair da pobreza em que se encontra submerso.

No decurso do ano que ora está a findar, a sociedade moçambicana conheceu e conhece um forte recrudescimento da criminalidade, o que gera intranquilidade e insegurança, particularmente nos grandes centros urbanos.

Com a perspectivada desmobilização massiva de soldados do Exército moçambicano e de todas as forças paramilitares, com a exiguidade de efectivos e meios policiais para se manter a paz e tranquilidade nas urbes e mesmo no campo, vimos surgir grupos de "gangsters" que semeiam o terror junto dos cidadãos.

O Governo não tem olvidado estes acontecimentos. Para minimizar a situação prevalecente foram disponibilizados fundos do Orçamento Geral do Estado, resultantes de cortes efectuados nas verbas atribuídas a todos os ministérios, com vista a reforçar a capacidade e mobilidade técnica da Polícia, na perspectiva de corresponder às exigências que se impõem nesta fase.

Devemos continuar a dotar a nossa Polícia de meios humanos bem treinados e meios materiais suficientes e adequados por forma a que tornemos a Polícia moçambicana força principal no domínio da manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas.

A presente Sessão da Assembleia da República aprovou já a Lei que cria a Polícia da República de Moçambique. Esta Lei, visa essencialmente, permitir a estruturação e adequação desta corporação aos imperativos constitucionais e à ordem democrática institucionalizada no nosso país.

Senhor Presidente da Assembleia da República;
Senhores Deputados,

No âmbito internacional, continuamos a constatar, com preocupação, a persistência de guerras e desentendimentos de diversa ordem, que impedem vários povos de desfrutar de uma vida normal.

É assim que acompanhamos com preocupação os acontecimentos em Angola, onde o processo de democratização está a conhecer entraves e mesmo retrocessos. Exortamos as forças políticas angolanas a resolver os seus problemas pela via do diálogo, respeitando os acordos de Bicesse e poupando as vidas de cidadãos inocentes.

Que prevaleça a lógica das urnas e da democracia e não a lógica das armas e da prepotência.

Na África do Sul, a situação continua complicada, com as forças políticas em presença a não conseguirem alcançar um entendimento definitivo, o que tem levado à escalada da violência e à morte de milhares de pessoas. É nossa esperança que a situação seja resolvida o mais brevemente possível, para bem de todo o povo sul-africano, da região e do continente.

Na Somália, a situação degradou-se nos últimos tempos, com a guerra a aliar-se à seca contra o povo, o que forçou a um envolvimento directo da comunidade internacional no sentido de se evitar mais mortes. Saudamos, em particular, os esforços das Nações Unidas, na procura de uma solução para o problema.

Na Libéria, no Sudão, na Argélia, no Togo, no Ruanda, na Etiópia, na Jugoslávia, no Cambodja, no Afeganistão, em El-Salvador, na Comunidade dos Estados Independentes e noutros países, a instabilidade persiste, o que dificulta o alcance de soluções para os problemas que aqueles países enfrentam e a procura de soluções para todo o mundo.

A situação em Timor-Leste degradou-se, assumindo outras proporções com a recente detenção do líder da FRETILIN, Xanana Gusmão.

Associamo-nos à comunidade internacional no apelo para que o Governo da Indonésia liberte o líder maubere e restitua a independência a Timor-Leste.

Recebemos com agrado a notícia de que os Governos português e indonésio marcaram para Dezembro corrente o reinício do diálogo para uma solução compreensiva e internacionalmente aceitável do problema do território de Timor-Leste.

No Sahara Ocidental a situação continua por resolver. Juntamo-nos à comunidade internacional e às Nações Unidas no esforço de procura de uma solução que vá ao encontro das aspirações do povo saharaui.

No Médio Oriente, embora se esteja ainda longe do alcance de uma solução para o problema prevalecente, é-nos grato constatar que alguns passos positivos já foram dados, com a realização de conversações envolvendo todas as partes interessadas.

Senhor Presidente da Assembleia da República;
Senhores Deputados;
Minhas Senhoras;
Meus Senhores,

Desde o início desta Quinta Sessão vários assuntos têm vindo a prender a atenção e os debates dos senhores deputados.

Acompanhámos com muito interesse e satisfação as apreciações e os debates já realizados sobre alguns projectos de lei que constituem a agenda dos nossos trabalhos.

Como é já tradição, a franqueza, empenho e dedicação no estudo e debate dos diversos assuntos que nos trouxeram a esta sala têm sido uma característica dominante de todos os senhores deputados aqui presentes.

Na verdade, o povo moçambicano, de quem somos representantes, espera com confiança redobrada os resultados que irão sair desta magna Assembleia.

A todos os senhores deputados, agradecemos o alto espírito de responsabilidade que têm demonstrado no decurso desta sessão, desejamos maiores sucessos e fazemos votos de que consigamos terminar os nossos trabalhos com deliberações que satisfaçam os anseios de todo o povo moçambicano, neste momento de imensa alegria pela conquista da paz, mas também de tamanha luta e trabalho pela sua construção e preservação.

Aproveito esta oportunidade em que nos encontramos todos juntos para desejar que o Dia da Família e o fim do ano, os primeiros que passamos em paz no nosso país desde há muito tempo, sejam repletos das maiores felicidades para todos e para cada moçambicano e cada cidadão.

Que o ano de 1993 seja um ano de verdadeira construção e consolidação da paz, democracia, desenvolvimento e solidariedade nacional.

PELA PAZ,
A LUTA CONTINUA!
MUITO OBRIGADO.

Sala dos Congressos,
Maputo, 16 de Dezembro de 1992.